

A ANTOLOGIA NACIONAL E A FORMAÇÃO LITERÁRIA NA ESCOLA.

Marcia Razzini
UNICAMP

A *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Laet tem sido meu objeto de estudo desde o mestrado. Publicada pela primeira vez em 1895, foi uma das compilações literárias mais usadas pelos brasileiros que passaram pela escola secundária, atingindo 43 edições em 1969. A longevidade da *Antologia Nacional* (que ultrapassou os 70 anos) torna-se ainda mais excepcional quando a comparamos com seletas antecessoras, cuja permanência na escola secundária era de dez anos, em média.

Adotada inicialmente no Colégio Pedro II, instituição modelo durante décadas, e nos exames de ingresso para as faculdades, chamados de "exames preparatórios", a *Antologia Nacional* teve seu consumo disseminado rapidamente em outras escolas, marcando a leitura escolar de várias gerações. Manuel Bandeira e Pedro Nava, por exemplo, que estudaram no Colégio Pedro II em épocas diferentes, citam a *Antologia Nacional* em suas memórias e comentam a função formadora que ela representou para eles.

No mestrado, tentei descrever e traçar o percurso histórico da *Antologia Nacional*, verificando as condições de sua produção, edição e circulação. Na comparação entre suas edições, além da mudança de editora, constatei a permanência sistemática de autores e excertos e a inclusão maciça de brasileiros da "fase contemporânea", ou seja, do século XIX.

A título de comparação externa, tentando estabelecer os pressupostos de seleção da *Antologia Nacional*, recorri à *Seleção Literária*, seleta que deu origem à **Antologia Nacional**, e a quatro histórias literárias abonadas com trechos escolhidos. Contudo, o confronto dos dados mostrou (para minha surpresa) que o corpus de autores e excertos reunidos nas histórias literárias era bem diferente do corpus de autores e excertos compilados na *Antologia Nacional*, sendo que, apenas Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Tomás Antonio Gonzaga tinham aparecido em *todas* as obras consultadas.

Terminei o mestrado concluindo que a *Antologia Nacional* tentava conciliar o gosto tradicional pelos autores clássicos com o gosto moderno, da crítica romântica, que via a literatura como representante do caráter nacional. Entretanto, o trabalho ainda não respondia duas questões centrais: o fenômeno da longevidade da *Antologia Nacional* e seu desaparecimento depois de 1969, o que me moveu a continuar com o mesmo assunto no doutorado, agora com a promessa de analisar os textos da *Antologia Nacional*.

No doutorado, depois do Exame de Qualificação (1996), escolhi estudar o modelo educacional como ponto de partida para a análise do *corpus* de autores e excertos da *Antologia*.

O levantamento e a análise dos Programas de Ensino do Colégio Pedro II, da legislação vigente, da carga horária das disciplinas e da bibliografia sobre história da educação no Brasil resultaram em um histórico das transformações (e permanências) do ensino de Português e de literatura brasileira em nossa escola secundária, que vai desde o início do funcionamento do Colégio Pedro II, em 1838, até o desaparecimento da *Antologia Nacional*, em 1970.

Como o acesso aos *Programas de Ensino* do Colégio Pedro II era difícil e como a documentação educacional é muito variada e dispersa, reproduzi no final da tese, como ANEXOS, todos os currículos de Português e de literatura que pude localizar no Colégio Pedro II e na legislação educacional. Reuni, também, muitas tabelas de horário das disciplinas do curso secundário, com as quais elaborei um QUADRO DO NÚMERO DE

AULAS SEMANAIS do período estudado onde é possível acompanhar, ao longo do tempo, as variações de carga horária de cada disciplina.

Incorporei ao trabalho, ainda, uma CRONOLOGIA das aulas de Português e de literatura, feita durante a análise do material, onde se pode localizar rapidamente a legislação vigente, a distribuição das aulas de Português e de literatura pelas séries do curso secundário, os professores encarregados de lecioná-las no Colégio Pedro II e os respectivos compêndios adotados.

A história do ensino de Português e de literatura na escola secundária brasileira, obviamente, foi marcada pelas condições culturais e educacionais de nossa sociedade, condições que procurei contextualizar e estabelecer contraponto com outras culturas.

A formação clássica, sobretudo o ensino do latim, sempre gozou de muito prestígio nas sociedades modernas do século XIX, sendo o traço distintivo da elite européia. Enquanto na França, o "ensino sem latim" era considerado um "ensino de segunda linha", na Inglaterra, a literatura inglesa era a única opção dos mais pobres, que não tinham acesso às melhores escolas. Contudo, observa-se nos dois casos que, lenta e gradativamente, o ensino da língua e da literatura nacional vai ganhando espaço também no currículo das escolas da elite, generalizando-se após a Primeira Guerra. O movimento de ascensão da língua e da literatura nacional foi acompanhado do declínio do ensino clássico.

Os mesmos movimentos de ascensão da formação nacional e de declínio da formação clássica, assinalados nos casos acima, foram notados na escola secundária brasileira. Tanto os programas de ensino quanto as tabelas de horário consultadas contabilizam o aumento e a constante sofisticação das aulas de Português, ao mesmo tempo que apontam a diminuição e o desaparecimento das aulas clássicas: retórica e poética, grego e latim.

Entretanto, o processo de implantação da cultura nacional no Brasil completou-se bem mais tarde, provavelmente, por causa de sua herança colonial.

Ao que parece, a continuidade do modelo de exploração colonial depois de nossa Independência, permitiu que a cultura européia e suas instituições para aqui transplantadas continuassem a ter um papel central de dominação, sendo um dos traços distintivos mais visíveis da classe dominante local, conferindo-lhe prestígio e autorizando-lhe o exercício do poder, traduzido como "fardo".

Tal "missão civilizadora" assumia os valores dos colonizadores europeus e desprezava, naturalmente, a cultura popular, enquanto a discussão da cultura nacional girava em torno da relação "elite e modelo", ocultando as relações de poder e desconsiderando a maior parte da população, segregada na pobreza e no analfabetismo, impedida, por isso, de votar e de participar "do universo da cultura contemporânea".

Assim, enquanto a maioria da população brasileira permanecia analfabeta, nossa elite se preparava às pressas no curso secundário, cuja conclusão não era obrigatória para enfrentar os Exames Preparatórios, como eram chamados os exames de ingresso das minguadas faculdades e cursos superiores.

A não obrigatoriedade da conclusão do curso secundário, até 1931, e a falta de seriedade dos Preparatórios, suscetíveis a fraudes e ao clientelismo, são facilidades que expressam a imobilidade social e o corporativismo da classe dominante. Este estado de coisas fez também com que nossas escolas secundárias tivessem seus currículos dependentes dos Exames Preparatórios, cumprindo mera função de cursos especializados no treinamento de candidatos a esses exames, função que viria a ser exercida pelos colégios particulares com maior eficácia e em menor tempo. O Colégio Pedro II era a exceção, sendo logo transformado pelo Estado em agente regulador do ensino secundário.

Mas, mesmo no colégio modelo, a dependência dos Exames Preparatórios era patente.

Desta maneira, até 1869, o ensino de Português era insignificante no currículo do Colégio Pedro II, onde predominavam as disciplinas clássicas, sobretudo o latim. Depois de 1869, quando o exame de Português foi incluído entre os Preparatórios, nota-se a ascensão desta disciplina, cujo desenvolvimento, ainda que sujeito a variações, foi sempre crescente.

Tal dependência dos Preparatórios foi responsável, ainda, pelo estreitamento de laços entre a preparação retórico-literária e os cursos jurídicos, os quais exigiam para seu ingresso o exame de Retórica e Poética, até 1890. Aos cursos de direito, podem ser acrescentados os cursos da carreira eclesiástica, que também incluíam a retórica e a poética em seus currículos e exames de acesso, fazendo com que a literatura e suas questões estivessem constantemente próximas desses dois extratos da sociedade: a magistratura e o clero.

O ensino da língua e da literatura nacional sempre se pautou pelo ensino das línguas clássicas, sobretudo do latim. A gramática portuguesa era estudada a partir das categorias gramaticais da língua latina e explicada como sua transformação, enquanto a literatura nacional era apresentada segundo os critérios fixos da retórica e da poética clássicas, dividida por gêneros. A leitura literária, base do ensino de latim e grego e base do ensino de retórica e poética, também se transformou na base do ensino da língua e da literatura nacional, erigindo os clássicos nacionais.

Inicialmente, as aulas de Português no Colégio Pedro II, restritas ao primeiro ano e ao estudo da gramática, eram dadas pelo professor de latim. Aos poucos, a disciplina foi absorvendo práticas pedagógicas e conteúdos das aulas de retórica e poética. Em 1855, vieram a leitura literária, a recitação e os exercícios ortográficos. Nesta década e na seguinte, era comum o uso de uma gramática, um dicionário, uma seleta para leitura (onde predominavam os autores clássicos portugueses) e uma obra de autor clássico.

A partir de 1870, após a inclusão do Português nos Exames Preparatórios e com o aumento da carga horária, as aulas de Português passaram a ensinar também redação e composição. O estudo da língua foi ampliado com a abordagem histórica de suas diversas fases, incentivando, cada vez mais, a leitura cronológica. Até o final do Império, nota-se nos programas de ensino do Pedro II, a adoção de duas gramáticas, de um dicionário e de várias seletas para leitura, cuja seleção, que ainda privilegiava os escritores "clássicos", dos séculos XVI e XVII, já incluía muitos trechos de autores mais "modernos", dos séculos XVIII e XIX.

Em 1881, os textos para leitura começaram a ser oferecidos explicitamente de forma gradativa e na ordem cronológica inversa. O Programa de Português de 1881 indica que, nas primeiras séries, eram oferecidos os textos mais modernos, do século XIX, considerados mais fáceis por serem contemporâneos dos leitores escolares, e depois, gradativamente, eram introduzidos os textos mais antigos, até chegar nos clássicos dos séculos XVII e XVI, nas últimas séries. Entretanto, os seis livros indicados para leitura (a maioria compilada por professores portugueses) ainda eram organizados por gêneros.

No final da década de 1880, percebe-se o esforço para nacionalizar e simplificar as adoções de livros de leitura nas aulas de Português. Em 1887, foi publicada a *Seleção Literária* de Fausto Barreto e Vicente de Souza, ambos professores do Colégio Pedro II, a qual apresentava cronologicamente prosadores e poetas portugueses e brasileiros, porém, sem dividi-los em períodos. Esta parece ter sido a primeira seleta brasileira que reunia num único volume, textos de autores dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, dispostos cronologicamente.

Já a literatura nacional, durante o Império, incluída no currículo pela primeira vez em 1855, sempre fez parte do programa de Retórica e Poética, e foi abandonando, lentamente, a abordagem retórica clássica dos gêneros em favor do ponto de vista histórico.

Depois da Proclamação da República, nota-se o empenho para modernizar o ensino brasileiro, tornando-o mais científico (com o aumento da carga horária de matemática e das ciências físicas e naturais) e mais comprometido com a nação, através do ensino da História e da Geografia do Brasil, da língua portuguesa e da História da Literatura Nacional.

Para por em prática o projeto nacionalista republicano, o ensino secundário e os Exames Preparatórios sofreram uma centralização efetiva, através da oficialização do currículo do Colégio Pedro II, cujos programas e compêndios passaram a servir de base para os outros estabelecimentos de ensino secundário (públicos e privados) e para os Exames Preparatórios que, apesar de combatidos, sobreviveram até o início da década de 1930.

Em 1891, o exame de Português era o mais importante entre os Preparatórios, e era exigido para a entrada em todos os cursos superiores, mas a História da Literatura Nacional, disciplina recém-implantada na última série do Colégio Pedro II, no lugar da Retórica e Poética, não entrou nos Preparatórios. Desta forma, apesar do *status* de disciplina independente, conferido pelo nacionalismo republicano de 1890, a História da Literatura Nacional tornou-se ensino ornamental do "bacharel em Letras", título concedido àqueles que concluíam o curso do Pedro II, ou seja, da ínfima minoria que permanecia no colégio até o fim do curso, sem pressa (ou sem interesse) de candidatar-se aos Exames Preparatórios.

De qualquer maneira, com a queda da Retórica e com a ascensão da história literária nacional, a organização cronológica nas aulas de Português pareceu ainda mais legítima, sobretudo depois da entrada da gramática histórica, em 1890.

A centralização dos programas e compêndios a partir do Colégio Pedro II disseminou a utilização da *Seleção Literária*, o que lhe valeu uma segunda edição em 1891, adotada nos cinco anos de Português e nos Exames Preparatórios de Português e de línguas estrangeiras. A adoção compulsória e generalizada da *Seleção Literária* estabeleceu a leitura mais intensiva nas aulas de Português. Entretanto, a influência do nacionalismo republicano e a presença da história literária e da gramática histórica no currículo talvez estivessem requisitando uma seleta mais representativa das fases da literatura nacional, que fosse não só organizada, mas também dividida cronologicamente, e com informações históricas sobre os autores e suas obras.

Mas, ao invés de aumentar a *Seleção Literária*, o editor preferiu refundi-la, trocou Vicente de Souza por Carlos de Laet, que se incumbiu das informações biobibliográficas e, com Fausto Barreto, aproveitaram alguns trechos da *Seleção Literária* e compilaram outros excertos, dando preferência aos assuntos nacionais e reservando um lugar de destaque para a literatura contemporânea. Os compiladores apuraram a organização cronológica da *Seleção Literária* e dividiram prosadores e poetas brasileiros e portugueses por séculos, apresentando-os, porém, na ordem cronológica inversa, que ia do século XIX ao século XVI.

O novo livro de textos escolhidos para leitura chamou-se *Antologia Nacional* e, publicado em 1895, foi aprovado pela Congregação do Colégio Pedro II para ser adotado nas aulas de Português neste mesmo ano, o que significou, também, sua indicação nos Exames Preparatórios. Entrava, assim, nas aulas de Português a primeira seleta brasileira organizada por categorias modernas, da história literária nacional.

Isto nos faz refletir sobre uma questão atual, dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Português, publicados em 1998, os quais classificam textos literários (e não-literários) por gêneros, sem qualquer preocupação histórica, como se a definição de gênero estivesse apaziguada.

Mas, voltando a 1895, percebe-se que a classificação cronológica da *Antologia Nacional*, seja a geral, por séculos, seja a de cada período, pela data de nascimento dos

escritores, diluía a apresentação por gêneros, não obstante a sobrevivência da divisão entre prosadores e poetas. As notas biobibliográficas forneciam veracidade histórica e autoridade crítica ao conjunto de autores e trechos selecionados, trazendo para dentro do livro de leitura das aulas de Português, mesmo que de forma abreviada, a história literária nacional.

A pequena história literária embutida na apresentação da *Antologia Nacional*, era contada do ponto de vista brasileiro e adaptada à ordem de estudo do Português na escola secundária. Ela começava pelos brasileiros do século XIX e, em seguida, vinham os portugueses do mesmo período, cuja separação significava o reconhecimento da autonomia da literatura brasileira contemporânea, enquanto, nos séculos anteriores, a junção de brasileiros e portugueses aceitava placidamente nossa dependência literária.

A leitura da *Antologia Nacional*, porém, não era complemento do manual de história literária, e sim ponto de partida para as atividades das aulas de Português: leitura, recitação, estudo do vocabulário, da gramática normativa, da gramática histórica, dos exercícios ortográficos, das análises "lexicológica" e "lógica", da redação e composição, enfim, para a aquisição da norma culta vigente.

A leitura literária nas aulas de Português procurava, portanto, oferecer "bons modelos" vernáculos e morais para a "boa" aquisição da língua, além é claro, de oferecer a seus leitores uma certa formação literária, mas sem priorizá-la.

Esta particularidade da *Antologia Nacional*, de ser complemento do estudo de língua e não do estudo de história literária, só ficou bem clara depois da recuperação histórica dos Programas de ensino secundário. Isso explica também porque o *corpus* da *Antologia Nacional* era tão diferente do *corpus* dos parnasos e florilégios brasileiros comparados no mestrado.

Comparando agora no doutorado, o *corpus* da *Antologia Nacional* com o *corpus* de seletas escolares mais antigas, que circularam nas aulas de Português do Colégio Pedro II, tais como o *Íris Clássico* de José de Castilho, a *Seleta Nacional* de Caldas Aulete, o Curso de *Literatura Brasileira* de Melo Morais Filho e a *Seleção Literária*, nota-se que a *Antologia Nacional* não rompeu com a tradição do ensino do vernáculo, que prezava a leitura dos clássicos portugueses como a melhor forma de inculcar nos alunos a "norma culta".

Pelo contrário, a *Antologia Nacional* os preservou, compondo-se com excertos dos séculos XVI e XVII, cuja maioria (82%) já havia aparecido em compêndios anteriores. A reprodução destes excertos sinaliza certa estabilidade de um *corpus* de textos clássicos, cuja leitura repetitiva ou "intensiva" na escola os havia transformado também em "clássicos escolares". A estes excertos clássicos, juntavam-se os trechos do século XVIII, também presentes nos compêndios anteriores, porém sem a importância dada agora na *Antologia*, promovendo a literatura brasileira deste período com a inclusão de mais excertos brasileiros do que portugueses.

Mas a *Antologia Nacional* foi além da recompilação e reelaboração de seletas anteriores: seu aparecimento marcou também a definição do *corpus* de textos da literatura da "fase contemporânea" e a preferência pela escolha de "assuntos" nacionais, "que entendessem com a nossa terra".

Era sobretudo na "fase contemporânea", período que, desde a primeira edição, ocupou maior espaço que os demais, que a representação da nação se realizava plenamente, quer seja com a quantidade maior de excertos brasileiros, quer seja com uma apresentação diferenciada dos outros períodos, separando os autores brasileiros dos autores portugueses.

Ao contrário dos períodos anteriores, a maioria dos excertos do século XIX era "nova", ou seja, não havia aparecido nos compêndios antigos cotejados com a *Antologia Nacional*, traço que reforça sua função definidora da literatura nacional (e da língua culta) mais recentes.

A adoção oficial da *Antologia Nacional*, regularmente reeditada, e a ampliação da fase contemporânea na 6ª e na 7ª edição, com o acréscimo maciço de autores brasileiros, fez também da *Antologia Nacional* um agente formador e transmissor da literatura brasileira.

Contudo, ao lado do critério da nacionalidade, persistia a preferência pelos textos que respeitavam a norma culta da língua portuguesa, já ditada pelos "novos" clássicos da literatura portuguesa, como Garrett, Herculano, Castilho e Latino Coelho.

Desta forma, a mesma preocupação dos períodos anteriores com a vernaculidade, com a defesa da pureza da língua nos moldes dos escritores clássicos portugueses, continuou permeando a seleção de textos e autores do período contemporâneo. Tal orientação, da "correção gramatical", visível nas notas biobibliográficas e em alguns trechos contemporâneos, principalmente portugueses, nortearia a seleção dos brasileiros que, com raras exceções (Macedo, Alencar, Varela, Casimiro) seriam admitidos pelo critério do caráter nacional.

Ao lado do nacionalismo romântico atuava, às vezes, o julgamento político na escolha dos trechos, como parece ter sido a seleção da 6ª edição da *Antologia*. Entretanto, nenhum desses critérios eram incompatíveis com a orientação geral de defesa da vernaculidade.

A permanência da *Antologia Nacional* no currículo de Português nas séries iniciais do curso secundário, reforça a longevidade deste modelo clássico e beletista de ensino da língua nacional, em que autores e textos eram considerados sobretudo "paladinos da linguagem".

Assim, num primeiro momento, de 1895 até 1915, quando são feitos os acréscimos de autores e trechos contemporâneos, a *Antologia Nacional* cumpriu dupla função, de mantenedora da tradição vernácula de extração lusitana, e de anunciadora e propagadora da moderna literatura brasileira.

Mas, no período seguinte, de 1916 até 1944, quando houve a repetição do mesmo quadro de autores e excertos da 7ª edição, publicada em 1915, imperou a função mantenedora, congelando a língua e a literatura nos moldes de 1915.

Além disso, a instabilidade do ensino de História da Literatura Nacional nas primeiras quatro décadas republicanas, em parte determinada por sua ausência dos Exames Preparatórios, em parte porque era diluída em extensos programas de literatura universal, potencializou a importância da *Antologia Nacional* na transmissão da nossa literatura na escola secundária brasileira.

A fragilidade da recém-criada História da Literatura Nacional no currículo secundário é percebida já em 1898, quando a disciplina perdeu sua autonomia e foi anexada à velha literatura geral (ou universal). Em 1911, ela foi drasticamente reduzida e incorporada ao currículo de Português, desaparecendo dos últimos anos do curso secundário como disciplina autônoma. Em 1925, ela ganhou o adjetivo pátrio, "Literatura Brasileira", e voltou a ser ensinada no último ano do curso secundário, ao lado da "Literatura das Línguas Latinas". Porém, em 1928, foi novamente anexada à "Literatura Geral".

Além dessas dificuldades para se firmar como disciplina, a literatura nacional era atropelada nas aulas de Português pela excessiva preocupação gramatical, chegando-se ao exagero de indicar, no programa de 1928, 17 compêndios de gramática e apenas um livro de leitura, que era a *Antologia Nacional*.

Na década de 1930, o novo controle do Estado sobre a educação secundária e sobre os livros didáticos, com a criação do Conselho Nacional de Educação (1931) e da Comissão Nacional do Livro Didático (1938), acabou com a hegemonia do Colégio Pedro II. A conclusão do curso secundário tornou-se de fato obrigatória para a entrada nos cursos superiores, o que amainou a dependência do vestibular e deu estabilidade às

disciplinas que compunham o currículo do Curso Fundamental, como era o caso do Português.

Algumas disciplinas, no entanto, eram oferecidas apenas nos dois últimos anos do secundário, chamado de Curso Complementar, cujo currículo variava de acordo com a carreira escolhida: para os candidatos ao Curso de Direito, para os candidatos aos Cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, e para os candidatos aos Cursos de Engenharia, Arquitetura e Química Industrial. Foi assim que, a partir de 1936, a literatura nacional ganhou nova importância no currículo do secundário e, embora ainda anexada ao extenso programa de literatura universal, ela passou a ser exigida nos exames de acesso aos Cursos Jurídicos.

Tais mudanças parecem não ter abalado o sucesso da *Antologia Nacional*, que continuou a ser adotada nas aulas de Português. Talvez por isso, ela se conservou sem alterações de autores e excertos.

Contudo, na década de 1940, novas mudanças provocariam a reformulação da *Antologia Nacional* e sua transferência para as últimas séries do curso secundário.

A Reforma Capanema de 1942 e 1943 estendeu o ensino de Português para as últimas séries do secundário, então chamado de 2º Ciclo, dividido entre Clássico e Científico.

Nas primeiras três séries, foi introduzida a leitura patriótica, deslocando a leitura literária para as últimas séries, onde se estudava Português, mas principalmente, história da literatura brasileira e portuguesa. A entrada da história da literatura nacional no currículo de Português das últimas séries do curso secundário fez com que ela se tornasse exigência dos exames vestibulares de todos os cursos superiores, assinalando sua ascensão na escola num momento político acentuadamente nacionalista (Estado Novo).

A leitura patriótica tornou inviável o uso da *Antologia Nacional* nas primeiras séries do curso secundário, deslocando-a para as últimas séries. Desta forma, ela se tornou complemento legítimo do ensino de história da literatura nacional (além de complemento do ensino do vernáculo). Para isso, foram acrescentados autores e excertos das duas pontas da história literária, do período medieval português e do período contemporâneo brasileiro, passando a cobrir a origem e a chegada da língua e da literatura nacional, reafirmando, assim, o pacto tradicional entre a leitura literária, o ensino da norma culta, a defesa da vernaculidade e a história literária. Tal pacto forneceu, nos anos seguintes, a imagem ideal da cultura nacional, cuja implantação acabara de ser completada com a história literária.

O ensino do vernáculo (gramatical e literário) sob orientação lusitana, centrado no bem falar e bem escrever dos modelos tradicionais da leitura literária, sobreviveria na escola secundária brasileira até o final da década de 1960, impedindo a entrada de nossos autores modernistas nos livros didáticos.

A Lei 5.692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971, decretou a falência deste modelo tradicional de ensino, e passou a enfatizar a função instrumental da língua, sua articulação com outras disciplinas, sob influência dos meios de comunicação de massa, e seu comprometimento com a cultura brasileira.

Desta maneira, o ensino de Português passou a admitir, cada vez mais, um número maior e mais variado de textos para leitura, desde os tradicionais textos literários, consideravelmente ampliados com a literatura contemporânea pós-1922, até todo tipo de manifestação gráfica, incluindo textos de outras disciplinas do currículo, textos de jornais, revistas, quadrinhos, propaganda, etc.

Este fenômeno, de declínio da "leitura intensiva" dos clássicos da literatura nacional, avalistas do "bem falar" e do "bem escrever", e sua substituição pela "leitura extensiva" de vários tipos de textos que se identificassem com a cultura nacional, foi observado também na escola secundária francesa, por Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard.

Assim, o memento de 1964 é um dos últimos textos oficiais em que se pode perceber a continuidade com as intenções de Jules Simon e as Instruções de Jules Ferry [ou seja, do final do século XIX], que fundamentavam a coerência do ensino das letras no liceu em uma leitura intensa, acompanhada, trabalhada, devota "das mais belas obras do nosso patrimônio literário". O novo projeto quer alunos que dominem a expressão e a comunicação (o antigo preconizava, pelo contato com grandes escritores, aprimorar um domínio já adquirido espontaneamente). Desde então, o ensino do francês oscila, não porque tenha rejeitado a leitura literária (ela é mantida, embora em escala por força limitada), mas porque recusa tê-la como pedra angular da formação.

Ao que parece, os anos de 1970 testemunharam a queda definitiva da formação clássica antiga e moderna, expressas na escola secundária pela extinção do latim e pela perda da hegemonia da leitura literária "como pedra angular da formação".

Na escola secundária brasileira dos anos de 1970, o abandono do latim e o enfraquecimento da leitura literária clássica, de orientação lusitana, condenou a adoção de compêndios como a *Antologia Nacional*, já então, detentora de modelos desgastados, que não mais correspondiam à imagem desejada de nação.

Por outro lado, a multiplicidade de textos modernos que passou a circular na escola com o objetivo de expressar nossa cultura, beneficiou não só a literatura brasileira contemporânea, com a entrada dos autores vivos, mas forçou também a revisão da literatura brasileira anterior, cuja carreira solo entrava, daí em diante, em franco desenvolvimento no curso secundário.